



Relatório de Gestão 2023

- Apresentação e Resumo Histórico

A Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória foi fundada em 1498, contando já com 525 anos ao serviço da comunidade Praiense.

O seu galardão evidencia a Instituição como a “mais benemérita do concelho”. São, pois, muitos os que ao longo destas cinco centenas de anos, dedicaram de muitas formas aos que sofrem de doença, pobreza ou de exclusão social.

Como é referido na Memória Histórica desta Santa Casa (1998, pág. 10), deveremos continuar a “avançar para junto dos que necessitam de apoio, sob formas de integração plena na comunidade, distribuindo os recursos disponíveis, numa palavra promovendo a justiça social como factor e condição de cidadania”.

Neste sentido a Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória é hoje uma Instituição Particular de solidariedade Social, sem fins lucrativos, que estende a sua actividade por várias áreas da solidariedade social. Embora o seu campo de acção possa transcender as áreas da chamada segurança social, os fins que, de modo principal, prosseguirão serão, efectivamente, o apoio à família, sob qualquer das formas que possa revestir, a protecção à infância, à juventude e à velhice e formação profissional.

Para dar resposta a mais de 400 utentes diários a Misericórdia conta com todo um conjunto de valências das quais realçamos: a Rede Educativa com creches, jardins-de-infância, ATLS, ludoteca e centro de informática, as unidades residenciais do tipo familiar para acolhimento de crianças e Jovens, o centro de apoio integrado à mulher vítima de violência, o centro de alojamento masculino para cidadãos em situação de sem abrigo, o projecto “Saltus” de intervenção junto dos jovens em risco, o centro de economia solidária com uma rede de micro empresas de inserção social, o núcleo de prevenção e combate à violência doméstica e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Existe ainda um sector farmacêutico com farmácia na Praia da Vitória e Posto Farmacêutico nos Biscoitos que ajuda a suportar toda a nossa missão social. Procura-se acima de tudo aprofundar e renovar os instrumentos de política social orientada para a redução da pobreza e da exclusão social, trabalhando na implementação de medidas sociais pró-activas de integração e solidariedade.

- Descrição das Valências

A Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória, no âmbito da sua intervenção social, integra diversas valências:

- **Educativas** - respondem às necessidades da comunidade em termos de creche, jardim-de-infância e actividades de tempos livres;

- **Acolhimento** - responde às necessidades da comunidade nas seguintes vertentes:

- **Tueri** (menores com medida de promoção e protecção).

- **Solisvita** (mulheres adultas vítimas de violência doméstica, sem abrigo, com ou sem filhos).

- **Domus Spei** (homens adultos em situação de sem abrigo).

- **Prevenção** – avalia e intervém em problemáticas psicossociais identificadas na comunidade:

- **NIPCVD** (núcleo de iniciativas de prevenção e combate à violência doméstica).

- **Saltus** (centro de actividades ocupacionais para jovens com comportamentos de risco).

- **CDIJ Fortis** (centro de desenvolvimento e inclusão juvenil).

- **ETIS-CES – Economia solidária** – desenvolve actividades económicas, proporcionando formação profissional, pessoal e social, com componente de produção e comercialização, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho;

- **Etis Bar**

- **Etis Online**

- **Circuito Arte & Prendas**

– **Actividades comerciais orientadas para as necessidades da comunidade** - suporte para a sustentabilidade dos projectos sociais:

- **Farmácia**

- **Posto farmácia**

– **Serviços Religiosos**

- Política da Qualidade

Missão

A Missão da SCMPV é servir a comunidade respondendo às necessidades de cariz social, nas diferentes áreas de intervenção, assente nos valores da solidariedade, profissionalismo e confiança.

Visão

Ser uma referência na comunidade em termos de solidariedade social, com mecanismos de sustentabilidade adequados/assegurados.

Valores

- Solidariedade
- Profissionalismo
- Dinamismo
- Confiança
- Honestidade/Integridade

Resumo de Actividades 2023

Rede Educativa

Rede Educativa

- Continuação das formações e acções de sensibilização para todos os colaboradores da rede educativa;
- Realização da festa da música e de final de ano lectivo e festa de Natal;
- Cumprimento do plano educativo e respectivas actividades lúdico pedagógicas de acordo com a altura do ano lectivo (Ex: Participação no Outono Vivo, hortas pedagógicas, visitas de estudo); aulas de música;
- Continuou-se a mover diligências para possível construção do Centro socioeducativo de São Lázaro;
- Feira da família com várias actividades envolvendo a comunidade educativa;
- Continuação das formações de suporte à implementação da plataforma Educabiz (gestão de informações com os encarregados de educação);
- Arranjo de toda a canalização interior da creche de São Lázaro;
- Abertura de duas novas valências educativas em 01/09/2023: Creche e ATL da Vila das Lajes e compra de mobiliário, equipamento e material didactico de suporte;

Alguns dados de frequências:

Creche de São Lázaro: Média de 44 utentes mês;

Creche de Santa Rita: Média de 26 utentes mês;

Jardim de Santa Rita: Média de 33 utentes mês;

Jardim de São Lázaro: Média de 50 utentes mês;

ATL Santa Rita: Média de 23 utentes mês;

ATL/Ludoteca: Média de 59 utentes mês;

Creche das Lajes: Média de 22 utentes mês (4 meses de funcionamento);

ATL das Lajes: Média de 28 utentes mês (4 meses de funcionamento);

Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências

Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências

- Integração de utentes em cursos e actividades de aperfeiçoamento de competências pessoais e sociais;
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher;
- Continuação da implementação do Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica;
- Realização de actividades lúdico-pedagógicas em todas as valências (artes plásticas, expressão dramática, música);
- Desenvolvimento de actividades físico-desportivas;
- Desenvolvimento de acções de formação em informática e Agricultura Biológica;
- Actividades náuticas em parceria com o Clube Naval da Praia da Vitória, continuação da implementação do projecto `` Sem Amarras ``;
- Desenvolvimento de actividades no BIO Fortis (Projecto BPI);
- Compra de imóvel para o novo Centro de alojamento para homens na situação de sem abrigo, aumentando a capacidade de doze para dezoito utentes;

Alguns dados de frequências:

TUERI: Média de 17 utentes mês;

Domus Spei: Média de 12 utentes mês;

Solisvita: Média de 6 utentes mês;

Saltus: Média de 15 utentes mês;

CDIJ: Média de 30 utentes mês;

Etis-CES

Etis-CES

- Actividades horticultura, limpeza de pomares e terrenos agrícolas em parceria com o centro de acolhimento masculino Domus Spei (Estufa);
- Realização de lançamentos de livros e exposições no EtisBar;
- Continuidade de toda a actividade de economia social a nível do Bar, Atelier de costura e Loja de comercialização (Sanjoaninas, Festas da Praia, etc.);
- Parceria com a SATA para o aluguer da sala de formação do Etis On Line;

Grupo Farmácia

Grupo Farmácia

- Avaliou-se candidatura a fontes de financiamento para obras de beneficiação;
- Aquisição de equipamentos (Ex: nova cruz posto Biscoitos; Impressoras).

Geral

Geral

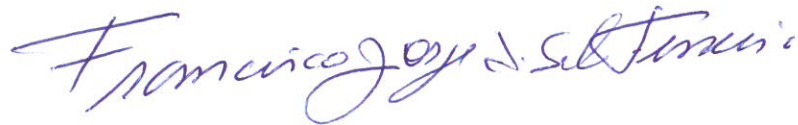
- Continuação da conservação e reparação de todo o património da Misericórdia;
- Continuou-se a mover diligências no sentido se acordar as alterações necessárias aos vários acordos de cooperação, mormente obtendo um funcionamento por utente ao valor padrão adequado e suficiente para as actuais despesas com pessoal desta instituição;
- Continuou-se a avaliar com a Direcção da Clínica Médica da Praia da Vitória a possível beneficiação do restante espaço onde funciona a Clínica, para desenvolvimento de outras actividades associadas;

- Continuação da implementação do RGPD;
- Jantar de Natal da SCMPV;
- Nova página institucional (em construção);
- Candidatura para compra de viatura de nove lugares eléctrica;

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória propõe que o resultado líquido do período de 2023, no montante de 206.287,69 €, seja transferido para a rubrica de “Fundos”.

Pela Mesa Administrativa

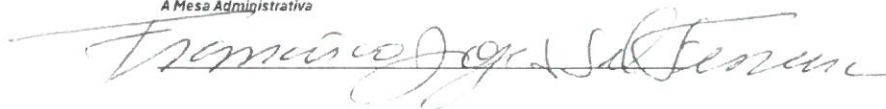
O Provedor

A handwritten signature in blue ink, reading "Francisco José de Sá Almeida".

Demonstração de Resultados por Natureza do período 2023

Código de Contas		Rendimentos e Gastos	Notas	Exercícios		
Pos	Neg			2023	2022	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados	17	2 921 074,48	2 719 184,55	7,42%
75		Subsídios, doações e legados à exploração	20	2 305 975,65	2 046 263,86	12,69%
73		Variação de inventários na produção		0,00	0,00	0,00%
74		Trabalhos para a própria entidade		800,00	3 435,90	-76,72%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-2 111 246,57	-2 035 396,55	3,73%
	62	Fornecimentos e serviços externos	21	-305 169,40	-270 329,04	12,89%
	63	Gastos com pessoal	22	-2 633 801,72	-2 272 627,00	15,89%
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	11	-3 940,16	431,00	-1014,19%
7638/9	678/9	Provisões específicas (aumento/reduções)		0,00	0,00	0,00%
7623;7627/8	653;657/8	Outras imparidades		0,00	0,00	0,00%
77	66	Aumento / reduções de JV		0,00	0,00	0,00%
78+791		Outros rendimentos	18	259 614,70	161 899,49	60,36%
	68	Outros gastos	18	-59 887,45	-53 122,03	12,74%
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		373 419,53	299 740,18	24,58%
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-159 215,83	-158 196,97	0,64%
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		214 203,70	141 543,21	51,33%
79-791		Juros e rendimentos similares obtidos	19	0,31	0,07	342,86%
	69	Juros e gastos similares suportados	19	-7 916,32	-6 332,47	25,01%
86		Resultado antes de impostos		206 287,69	135 210,81	52,57%
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
		Resultado líquido do período		206 287,69	135 210,81	52,57%

A Mesa Administrativa



O Contabilista Certificado



Balço do período 2023

	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4 156 349,66	3 793 993,16
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	6	6 066,75	5 764,41
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Subtotal		4 162 416,41	3 799 757,57
Ativo corrente			
Inventários	7	334 376,13	306 742,31
Créditos a receber	9	170 416,31	171 479,56
Estado e outros entes públicos	12	354,84	150,88
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Diferimentos	15	17 588,17	22 501,72
Outros ativos correntes	8	47 083,45	58 131,48
Caixa e depósitos bancários	10	1 949 879,07	1 840 880,65
Subtotal		2 519 697,97	2 399 886,60
Total do ativo		6 682 114,38	6 199 644,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	23	3 388 028,12	3 252 817,31
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajust. / Outras variações de fundos patrimoniais	23	2 138 317,90	1 688 301,86
Subtotal		5 526 346,02	4 941 119,17
Resultado líquido do exercício	23	206 287,69	135 210,81
Total dos fundos patrimoniais		5 732 633,71	5 076 329,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	170 245,00	166 304,84
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	24 102,00	46 718,67
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		194 347,00	213 023,51
Passivo corrente			
Fornecedores	14	192 164,75	202 344,01
Estado e outros entes públicos	12	65 792,03	59 121,52
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	25 249,27	38 512,79
Diferimentos	15	33 400,46	144 306,85
Outros passivos correntes	8	438 527,16	466 005,51
Subtotal		755 133,67	910 290,68
Total do Passivo		949 480,67	1 123 314,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 682 114,38	6 199 644,17

A Mesa Administrativa

O Contabilista certificado

Francisco José da Silva *Delia Lourenço Antão Costa*

Demonstração das Alterações de Fundos Patrimoniais 2023

	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras var. nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Exercício	Total de Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2023	1	3 252 817,31	0,00	0,00	1 688 301,86	135 210,81	5 076 329,98
Alterações no período:							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
	2	135 210,81	0,00	0,00	0,00	-135 210,81	0,00
	3					206 287,69	206 287,69
Resultado Líquido do período	4 = 2 + 3					71 076,88	206 287,69
Operações com instituidores no período:							
Fundos							
					500 000,00		500 000,00
					-49 983,96		-49 983,96
	5	0,00	0,00	0,00	450 016,04	0,00	450 016,04
Posição no fim do período 2023	6 = 1 + 2 + 3 + 5	3 388 028,12	0,00	0,00	2 138 317,90	206 287,69	5 732 633,71

A Mesa Administrativa

O Contabilista certificado

Francisco José Salazar *Luís António Silva de Brito*

Demonstração das Alterações de Fundos Patrimoniais 2022

Moeda: EUR

	No. lras	Fundos	Reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos/outras var. nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Exercício	Total de Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2022	1	3 017 521,64			1 577 597,92	235 295,67	4 830 415,23
Alterações no período:							
Alterações de políticas contabilísticas							0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		235 295,67				-235 295,67	0,00
	2	235 295,67	0,00	0,00	0,00	-235 295,67	0,00
Resultado Líquido do período	3					135 210,81	135 210,81
Resultado extensivo	4 = 2 + 3					-100 084,86	135 210,81
Operações com instituidores no período:							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	110 703,94	0,00	110 703,94
	5	0,00	0,00	0,00	110 703,94	0,00	110 703,94
Posição no fim do período 2022	6 = 1 + 2 + 3 + 5	3 252 817,31	0,00	0,00	1 688 301,86	135 210,81	5 076 329,98

A Mesa Administrativa

O Contabilista certificado

Fernando José S. Silva *Roberto Augusto Azeiteiro Costa*



Recebimentos de clientes	4 790 412,94	4 984 038,92
Pagamentos a fornecedores	-1 768 060,22	-2 392 600,02
Pagamentos ap pessoal	-2 634 472,56	-2 205 922,33
Caixa gerada pelas operações	387 880,16	385 516,57
Pagamentos/recebimentos de imposto Iva	-31 005,67	
Outros recebimentos/pagamentos	-139 439,33	-80 833,95
Resultados extraordinarios		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	217 435,16	304 682,62
Fluxos de caixa das actividades de investimentos		
Pagamentos respeitante a:		
Activos fixos tangiveis	-524 025,14	-12 904,40
Investimentos Financeiros	-680,46	-544,85
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangiveis		76 534,32
Outros activos		
Subsidios ao investimento	500 000,00	163 863,97
Juros e rendimentos similares	729,89	
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-23 975,71	226 949,04
Fluxos de caixa das actividades de financiamento M L P		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)		620,53
Realizações de capital e de out instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuizos		
DoaçõesDiferença	13 957,87	
Sócios		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)	-90 502,59	-35 539,20
Juros e gastos similares	-7 916,32	-1 796,27
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento de mlp (3)	-84 461,04	-36 714,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Juros e gastos similares		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo (4)		
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3+4)	108 998,41	494 916,72
Efeito das diferenças de cambio		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	1 840 880,65	1 345 963,93
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	1 949 879,06	1 840 880,65

O Contabilista Certificado,

O Provedor,

Delio Lourenço Avil Costa

Francisco José da Fonseca



ANEXO

NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

EXERCÍCIO DE 2023

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA PRAIA DA VITORIA, Pessoa colectiva com o nº 512011168, é considerada Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, nos termos do nº 1 do art.º 94 do Estatuto das Instituições Particular de solidariedade Social, aprovado pelo art.º 1º do Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo nº 26/84/A de 28 de Agosto, foi efectuado o registo dos estatutos desta Instituição nos termos do art.º nº 1 da Portaria nº 71/84 de 13 de Novembro, no Livro das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia, sob o nº 14 a folhas 19.

O objecto principal é praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de misericórdia, e realizar actos e culto católico, conforme o art.º nº 1 dos seus estatutos. Com o objectivo de angariar receitas para conseguir praticar a solidariedade, a Santa Casa é proprietária de uma Farmácia na Cidade da Praia da Vitória, e um Posto Farmacêutico na freguesia dos Biscoitos, também desenvolve actividades na área de assistência há família nomeadamente em colégios e creches, na rua de Jesus é proprietária de um imóvel onde desenvolve diversas actividades sociais, tem a sua sede na Rua do Hospital, 18 - Freguesia de Santa Cruz, Cidade da Praia da Vitória.

Por despacho conjunto de Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro da Solidariedade s Segurança Social, conforme ofício n.º 46235 de 30 de Setembro de 1996, foi reconhecida a isenção de IRC quanto às seguintes categorias, C, E, F, e G, confirmado pelo art.º 1 da Lei 9/85, que estipula o seguinte; As instituições particulares de solidariedade social, uma vez registadas nos termos dos artigos 7º. e 8.º do estatuto aprovado pelo Dec. Lei 119/85, de 25 de Fevereiro, ficam isentas de : a) Imposto de selo; b) custas Judiciais.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no aviso n.º 15654/2009 de 07 de setembro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística (“ESNL”), emitida e em vigor em Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e publicada no Aviso n.º 8259/2015 do Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, aplicável aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a convenção do custo histórico.

As demonstrações financeiras da Santa Casa são comparáveis ao longo dos exercícios económicos.

A Santa Casa reconhece os seus ganhos e perdas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes ganhos e perdas são reconhecidos em rubricas de acréscimos e de diferimentos.

3.2 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os activos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da



quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

3.4 Ativos Intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha recta, ou outro método que reflecta o modelo pelo qual se espera que os futuros benefícios económicos do activo sejam consumidos pela entidade em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados num período de 10 anos, sendo também sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou quando haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.5 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem uma obrigação presente: i) legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário o dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa antes de impostos que reflita a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.



3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados.

O rédito proveniente das prestações de serviços, das quotizações e das comissões é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Santa Casa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.



O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

A Santa Casa reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os seguintes instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perda por imparidade:

- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, devem ser mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. A Santa Casa não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro apenas quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve desreconhecer o ativo e reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros



A Santa Casa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.9 Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é o valor das faturas mais todas as despesas até ao local de armazenagem.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

3.10 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor e apenas quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Instituição cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.



Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram quaisquer eventos na Santa Casa suscetíveis de enquadramento no âmbito dos acontecimentos após a data do balanço.

3.11 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliadas, representando à data de relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias, se consideram ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. A Direção considera que quaisquer estimativas e julgamentos intrínsecos às presentes demonstrações financeiras não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material nas quantias escrituradas dos ativos e passivos, no decurso de períodos seguintes.

As principais estimativas subjacentes nas Demonstrações Financeiras são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Estimativas de férias e subsídios de férias do pessoal
- Provisões do exercício



4. Alterações nas políticas contabilísticas

Decorrente de um parecer emitido pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a pedido de esclarecimento por parte da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) relativo à correta contabilização das participações financeiras resultante dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória procedeu a uma alteração contabilística na forma como reconhece os montantes recebidos. Assim, de acordo com o referido parecer, “Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços; Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração”.

5. Ativos fixos tangíveis

As variações nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Rubricas	2022	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Depreciação	Transferências e abates	2023
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos recursos naturais	146 913,36					146 913,36
Edifícios e outras construções	5 658 242,83		500 000,00			6 158 242,83
Equipamento básico	1 191 390,33		13 016,97			1 204 407,30
Equipamento de transporte	228 117,40				112 958,60	115 158,80
Equipamento administrativo	103 940,63					103 940,63
Outros activos tangíveis	236 616,63		10 738,18			247 354,81
Investimentos em Curso	1 832,82		4 176,18		6 009,00	
Total do Ativo Bruto	7 567 054,00		527 931,33		118 967,60	7 976 017,73
Depreciações Acumuladas						
De Edifícios e outras construções	2 094 052,65	350,00		137 012,50		2 231 415,15
De Equipamento Básico	1 150 773,06			9 760,37		1 160 533,43
De Equipamento de Transporte	214 912,39			4 660,59	112 958,60	106 614,38
De Equipamento Administrativo	103 257,78			682,85		103 940,63
De Outros Activos Tangíveis	210 064,96			7 099,52		217 164,48
Total das Depreciações Acumuladas	3 773 060,84	350,00		159 215,83	112 958,60	3 819 668,07
Ativo Líquido	3 793 993,16	-350,00	527 931,33	-159 215,83	6 009,00	4 156 349,66



As taxas médias de depreciação são as seguintes:

Rubricas	Taxa média
Edifícios	2,00%
Equipamento Básico	12,50%
Equipamento Administrativo	33,33%
Outros AFT	entre 10% e 25%

6 - Investimentos Financeiros

Rubricas	01/01/2023	Aumentos	Depre/Recup	31/12/2023
Outros ativos Financeiros	5 764,41	302,34		6 066,75
Depreciações Acumuladas				
Ativo Líquido	5 764,41	302,34		6 066,75

7 - Inventários

O detalhe dos inventários a 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

	Mercadorias	Mat.prima,subsid. E mat. Diversos	Total
Existências Iniciais	292 209,50	14 532,81	306 742,31
Existências Finais	319 739,50	14 636,63	334 376,13
Varição das Existências	27 530,00	103,82	27 633,82

O saldo da rubrica de Mercadorias inclui os medicamentos e outros materiais comercializados na Farmácia da Misericórdia localizada na Praia da Vitória e Posto na localidade de Biscoitos.

8 - Outros ativos e passivos correntes

	Ativos	Passivos
Utentes		
Fornecedores de Investimentos	5 090,25	502,70
Dev/cred p/acrescimos de Gastos		383 077,49
Dev/cred p/acrescimos de Rendimentos	34 800,00	
<i>Utentes do Tueri</i>		45 839,98
Pessoal	2 020,88	119,58
Outros Dev. E Credores	5 172,32	8 987,41
Totais	47 083,45	438 527,16



Encontram-se reconhecidos em acréscimos de gastos os valores respeitantes aos encargos com o pessoal nomeadamente férias e subsídio de férias e respetiva segurança social a liquidar em 2024.

9 - Créditos a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Utentes de farmácia	28 213,77	30 899,37
Finanfarma	122 491,64	117 026,13
Outros créditos a receber	19 710,90	23 554,06
Totais	170 416,31	171 479,56

A rubrica de Créditos a receber respeita essencialmente à faturação emitida aos subsistemas de saúde.

10 - Caixa e depósitos bancários

O detalhe da rubrica de disponibilidades é o seguinte:

Designação	Caixa	Depósitos à Ordem	Depósitos a Prazo	Total
Saldo Inicial	4 007,78	1 055 253,43	781 619,44	1 840 880,65
Saldo Final	4 002,50	345 876,56	1 600 000,00	1 949 879,06
Varição	-5,28	-709 376,87	818 380,56	108 998,41

11 - Provisões e ajustamentos

O desenvolvimento da conta de Provisões é o seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos onerosos	166 304,84	3 940,16		170 245,00
Totais	166 304,84	3 940,16		170 245,00

O valor reconhecido corresponde às responsabilidades estimadas com um dos utentes, que doou os seus bens à Instituição em troca dos seus cuidados até ao momento da sua morte.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

12 - Estado e Outros Entes Públicos

O desenvolvimento das contas de Estado:

Designação	2023	2022
Ativo		
IRC - Retenções na Fonte		
IRC - Pagamento por conta		
Imposto de selo sacos plasticos	354,84	150,88
Total ativo	354,84	150,88
Passivo		
IRC - Imposto estimado		
IRS - Trabalho Dependente	9 268,66	10 330,39
IRS - Trabalho profissional	226,35	69,83
IRS - Predial	270,87	270,87
Imposto de selo sacos plasticos		
IVA - Imposto valor acrescentado	5 897,72	4 223,48
Segurança social	50 128,43	44 226,95
Total passivo	65 792,03	59 121,52
Saldo	-65 437,19	-58 970,64

13 - Financiamentos

O desenvolvimento das contas de financiamentos obtidos é o seguinte:

Designação	2022	Aumentos	Reduções	2023
Instituições bancárias	46 718,67		22 616,67	24 102,00
Médio e Longo Prazo	46 718,67		22 616,67	24 102,00
Instituições bancárias	38 512,79		13 263,52	25 249,27
Curto Prazo	38 512,79		13 263,52	25 249,27
Total	85 231,46		35 880,19	49 351,27

14 - Fornecedores

Designação	2023	2022
Farmácia	128 461,90	132 225,14
Outros	63 702,85	70 118,87
Saldo	192 164,75	202 344,01



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

15 - Diferimentos

Designação	2023	2022
Ativo		
Seguros a reconhecer	5 091,71	
Projeto CDIJ	1 496,54	2 996,54
Pintura Centro Social Santa Rita	13 001,52	19 502,28
Total ativo	19 589,77	22 498,82
Passivo		
Apoio Extra Acordos Coop 2023	33 293,32	120 351,79
Outros rendimentos a reconhecer	2 108,74	23 955,06
Total passivo	35 402,06	144 306,85
Saldo	-15 812,29	-121 808,03

16 - Custo das Vendas

Desenvolvimento do custo das mercadorias vendidas 2023

Designação	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. e mat. Diversos	Total
Existências iniciais	292 209,50	14 532,81	306 742,31
Compras	1 932 685,64	213 489,58	2 146 175,22
Regularização de existências	-7 294,83		-7 294,83
Existências finais	319 739,50	14 636,63	334 376,13
Custos no exercício	1 897 860,81	213 385,76	2 111 246,57

Desenvolvimento do custo das mercadorias vendidas 2022

Designação	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. e mat. Diversos	Total
Existências iniciais	247 920,04	14 447,39	262 367,43
Compras	1 898 515,66	187 541,05	2 086 056,71
Regularização de existências	-6 285,28		-6 285,28
Existências finais	292 209,50	14 532,81	306 742,31
Custos no exercício	1 847 940,92	187 455,63	2 035 396,55



17 - Rendimentos

Desenvolvimento dos rendimentos operacionais

Designação	2023	2022
Vendas	2 573 587,27	2 484 817,82
Serviços prestados	347 487,21	234 366,73
Vendas e serviços prestados	2 921 074,48	2 719 184,55
Subsídios à exploração	2 305 975,65	2 046 263,86
Total	5 227 050,13	4 765 448,41

18 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

O detalhe é o seguinte:

Desenvolvimento de outros gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas	Exercícios	
	2023	2022
681-Impostos	733,51	177,00
683-Dívidas Incobráveis	7 664,04	
684-Perdas em inventários	4 569,99	4 289,44
687-Gastos e Perdas em Investimentos	269,99	
688-Outros	46 649,92	48 655,59
Total de Outros gastos e perdas	59 887,45	53 122,03
Outros rendimentos e ganhos	Exercícios	
	2023	2022
781-Rend Suplementares		
782-Descontos p.p. obtidos	17 119,08	14 368,93
784-Ganhos em inventários	3 500,00	560,00
787-Rend invest n/financeiros	77 834,32	76 534,32
788-Outros	161 161,30	70 436,24
Total de Outros rendimentos e ganhos	259 614,70	161 899,49



19 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

Desenvolvimento dos gastos e rendimentos financeiros

Gastos de financiamento	Exercícios	
	2023	2022
691 - Juros suportados	2 647,28	1 796,27
698 - Outros	5 269,04	4 536,20
Total de gastos de financiamento	7 916,32	6 332,47
Rendimentos de financiamentos	Exercícios	
	2023	2022
791 - Juros Obtidos		
798 - Outros	0,31	0,07
Total de rendimentos de financiamento	0,31	0,07
Resultado financeiro	-7 916,01	-6 332,40

20 - Subsídios do Governo

Subsídios à Exploração

Designação	2023	2022
Acordos de Cooperação CGFSS	2 173 784,30	1 934 045,73
Acordos Secret. Reg. de Educação	83 400,00	81 600,00
Outros Subsídios	48 791,35	30 618,13
Total	2 305 975,65	2 046 263,86



[Handwritten signature]

21 - Fornecimentos e Serviços Externos

Desenvolvimento da conta Fornecimentos e serviços externos

Designação	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos	305 169,40	270 329,04
Serviços especializados	130 201,88	103 248,63
Trabalhos especializados	44 141,35	31 576,55
Publicidade e propaganda	3 380,03	7 009,13
Vigilância e segurança	1 867,82	2 676,77
Honorários	20 824,80	15 158,80
Conservação e reparação	26 759,39	28 658,53
Outros	33 228,49	18 168,85
Materiais	26 211,52	19 747,26
Ferramentas e utensílios	18 366,09	12 325,56
Livros e documentação técnica	492,65	573,46
Material de escritório	4 893,94	5 184,69
Artigos para ofertas	2 391,01	1 603,45
Outros	67,83	60,10
Energia e Fluidos	63 673,78	61 546,76
Electricidade	37 680,06	36 917,41
Combustíveis	18 101,60	22 266,05
Água	7 892,12	2 363,30
Deslocações, estadas e transportes	3 087,51	1 335,80
Serviços diversos	81 994,71	84 450,59
Rendas e alugueres	32 629,92	35 327,97
Comunicações	15 251,02	17 680,20
Seguros	9 114,26	10 665,17
Contencioso e Notariado	1 378,79	17,00
Despesas de representação	12 245,63	10 567,68
Limpeza, higiene e conforto	11 242,93	10 192,57
Outros Serviços	132,16	
Total	305 169,40	270 329,04



22 - Gastos com Pessoal

O detalhe de gastos com pessoal é o seguinte:

Designação	2023	2022
Remunerações do Pessoal - Vencimentos	1 577 936,00	1 356 456,45
Remunerações do Pessoal - S. Férias	158 171,75	142 390,82
Remunerações do Pessoal - S. Natal	144 305,15	124 261,83
Remunerações do Pessoal - S. Alimentação	114 716,68	102 181,57
Remunerações do Pessoal - Horas Extras	62 082,78	44 759,10
Remunerações do Pessoal - Sub. De Turno	55 144,79	48 782,30
Remunerações do Pessoal - Sub. Transporte	3 156,89	3 486,89
Remunerações do Pessoal - Abono para Falha	580,00	550,00
Remunerações do Pessoal - Isenção Horário	4 887,21	4 352,68
Remunerações do Pessoal - Prémios/Gratific.	11 626,09	12 334,88
Vencimentos eventuais	28 229,64	18 170,15
Remunerações do Pessoal - Outros	162,63	325,26
Encargos sobre Remunerações - Pessoal	461 114,81	404 239,52
FGCT - Fundo Garantia Compensação Trabalho	55,32	130,91
Seguro de acidentes no trabalho	11 301,98	10 179,64
Outros Gastos com o Pessoal	330,00	25,00
Total	2 633 801,72	2 272 627,00

O número médio de colaboradores em 2023 foi de 120, (em 2022: 107).

23 - Movimentos nos Fundos Patrimoniais

Rubricas	01/01/2023	Aumentos	Diminuições	31/12/2023
51 - Fundos	3 252 817,31	135 210,81		3 388 028,12
53 - Prestações Suplementares				
56 - Reserva Legal				
59 - Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1 688 301,86	500 000,00	49 983,96	2 138 317,90
88 - Resultado líquido do período	135 210,81	206 287,69	135 210,81	206 287,69
Total	5 076 329,98	841 498,50	185 194,77	5 732 633,71

A variação mais significativa ocorrida na rubrica de outras variações de fundos patrimoniais resultou do contrato de cooperação com o Governo Regional dos Açores, para a aquisição de um imóvel do Centro de Acolhimento Temporário (CAT), sendo que o apoio financeiro concedido ascendeu a 500.000€.



24 - Dívidas em mora ao Estado

À data do balanço a Instituição não tinha dívidas em mora para com o Estado.

25 - Informações exigidas por diplomas legais

Os gastos com honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam, no presente exercício a 3.960 euros.

26 - Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos após a data de balanço que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais para além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 21/03/2024.

A Mesa Administrativa

Francisco Jorge da Silva Ferreira (Provedor)

O Contabilista Certificado

Délio Lourenço Avila da Costa

Parecer do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória reunido no passado dia 25 de março, para analisar as contas referentes ao ano de 2023, decidiu emitir o seguinte parecer:

Analisado o Balancete Geral de Centros de Custo e demais documentos contabilísticos constata-se que houve uma gestão equilibrada referente ao ano transato o que possibilitou o aumento do saldo positivo quando comparado com o ano de 2022;

Apesar o acima referido importa referir o significativo aumento do custo com o pessoal, que passou de 2.272 627,00€ para 2.633 801,72€, que inevitavelmente se reflete nas contas finais da instituição;

O grupo Farmácia continua a ser um ativo de relevante importância que em muito contribuiu para a solidez económica da Instituição;

De salientar ainda a preocupação quanto à contenção de despesas que se fica muito a dever à dedicação dos seus funcionários e também ao zelo demonstrado pela sua Direção.

O Conselho Fiscal, pelas razões acima aduzidas, é do parecer que as contas referentes ao ano de 2023, devem ser aprovadas pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 25 de março de 2024

O Conselho Fiscal,



Ricardo Manuel Rodrigues de Barros



Nuno Graciliano de Almeida Cabral

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.682.114,38 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.732.633,71 euros, incluindo um resultado líquido de 206.287,69 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, SROC. LDA

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 318 / CMVM 20170016

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de Março de 2024



ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

representada por José Francisco Antunes Rodrigues

ROC n.º 998